

TERMO DE REFERÊNCIA

Número do Processo - SISLOG
117870Número do Processo - SEI
202500005040018

Em conformidade com a Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e com o Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinado a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação.

O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O Termo de Referência deverá ser elaborado, obrigatoriamente, nas contratações de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independente da forma de seleção do fornecedor, seja por licitação ou por contratação direta.

Tópico 1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Dados do Processo	Número do Processo Administrativo no Sei 202500005040018
1.2. Adequação Orçamentária	A presente contratação será autorizada pelo Ordenador de Despesas, com a respectiva indicação orçamentária, nos termos do Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023.

Tópico 2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Descrição resumida do objeto	Fornecimento de Bens e Materiais - Aquisição de Magnificador, Supressor de ruído e Low Power Variable Optic - LPVO, com recurso oriundo do Fundo a Fundo 2025.
2.2. Regime de fornecimento de bens ou serviços	Fornecimento de Bens e Materiais em parcela única, nos termos do Cronograma constante neste TR (se aplicável).
2.3. Natureza da execução do objeto	Fornecimento de Bens e Materiais: não continuada
2.4. Característica do objeto	Comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.5. Instrumento Contratual	A presente contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato.
2.6. Prazo de vigência contratual	O prazo de vigência contratual é de 12 meses, contados imediatamente após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Considerando que o objeto contratado é de natureza não continuada, a vigência do contrato é não prorrogável nos termos da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. A minuta de Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Tópico 3 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

3.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

Descrição do item 001	
Código 6112 - Peças e Acessórios para armamentos, supressor de ruído com engate rápido ou com rosca ½" x 28 na boca do cano, adequado a supressão do calibre 5,56x45mm.	
Informações Adicionais	
Supressor de ruído com engate rápido ou com rosca ½" x 28, fabricado em titânio, inonel ou material superior, e aço inoxidável, peso no máximo de 500 gramas, sistema de expulsão frontal dos gases, Sistema de Resfriamento, Zero do fuzil, Redução de ruídos: de acordo com o padrão MIL-STD- 1474D, Comprimento máximo de 16,5cm e diâmetro não superior a 5cm.	
Período (Meses)	
Quantidade	22
Unidade	unidade
Participação	Ampla Participação
Local de Entrega	polícia civil de goiás
Diferença Mínima	(%) 20,00

Valor Unitário	R\$ 7.836,12
Valor Total	R\$ 172.394,64

Descrição do item 002	
Código 4691 - Mira para Prática de Tiro, LPVO com ampliação de 1-6x ou 1-8x, retículo Iluminado, ajuste de paralax de até 150 metros ou fixo a 91 metros, a prova d'água, impacto e neblina, com no mínimo ipx8 e 30 mm de diâmetro de tubo.	
Informações Adicionais	
Retículo iluminado com marcação de compensação tática e aferição de distancia em mrad, magnificação variável de 1x6x ou 1x8x com objetiva entre 24 e 28 mm, Ajuste de paralax até 150 metros ou fixo a 91 metros, a prova d'água, impacto e neblina, no mínimo com especificação ipx8, no mínimo 30mm de diâmetro de tubo, Campo De Visão Entre 36 Metros E 4 Metros Referentes Ao Zoom Mínimo E Máximo À Distância De 100m Ou 91 Jardas, capacidade de suportar recuo e vibração para o calibre .308 win.	
Período (Meses)	
Quantidade	15
Unidade	unidade
Participação	Ampla Participação
Local de Entrega	polícia civil de goiás
Diferença Mínima	(%) 20,00
Valor Unitário	R\$ 7.674,33
Valor Total	R\$ 115.114,95

Descrição do item 003	
Código 4447 - Equipamentos Diversos, magnificador compatível com miras holográficas.	
Informações Adicionais	
Magnificador compatível com diferentes tipos de miras red dot, holográfica, reflexas e de visada rápida, aparato ótico com magnificação mínima de 3x ou máxima de 6x, campo de visão de no mínimo 7 graus , Diâmetro da lente mínimo de 27mm, Diâmetro do tudo principal de no máximo 32mm, Diâmetro de saída de pupila de mínimo 7mm, Comprimento máximo: 110mm, Deve possuir sistema de segurança: anti-obstrução do campo de visão, sem botões ou ferramentas, Deve possuir prova de neblina e antiembaçante, Cor de todo o conjunto: preto não refletiva ou Cor Tan ou FDE.	
Período (Meses)	
Quantidade	31
Unidade	unidade
Participação	Ampla Participação
Local de Entrega	polícia civil de goiás
Diferença Mínima	(%) 20,00
Valor Unitário	R\$ 3.309,42
Valor Total	R\$ 102.592,02

3.2. Preço Total Estimado: não sigiloso - **R\$ 390.101,61 (R\$ Trezentos e Noventa Mil e Cento e Um Reais e Sessenta e Um Centavos)** .

3.3. O preço total estimado da contratação fundamenta-se conforme pesquisa de preços realizada em conformidade com Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

3.4. Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado. Não será admitida a adjudicação do objeto por preços (unitário e global) superiores aos especificados neste Termo de Referência.

Tópico 4 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. O objeto contratado deverá atender às especificações e a descrição como um todo, abaixo apresentadas:

Aquisição de Magnificador, Supressor de ruído e Low Power Variable Optic - LPVO, com recurso oriundo do Fundo a Fundo 2025.

4.2. Supressor de Ruído Calibre 5,56x45mm

O objeto consiste no fornecimento de supressores de ruído calibre 5,56x45mm, compatíveis com fuzis institucionais, acompanhados de acessórios e manuais, conforme especificações técnicas abaixo:

4.2.1. Compatibilidade e Fixação

a) Supressor com engate rápido (quick detach – QD) ou rosca ½" x 28, totalmente compatível com os fuzis IWI ARAD5 e Armalite M15, adequados à supressão de ruído do calibre 5,56x45mm.

4.2.2. Materiais e Construção

- a) Fabricado em titânio, inconel ou material superior, podendo conter aço inoxidável na composição;
- b) Estrutura robusta e resistente à corrosão;
- c) Acabamento Cerakote na cor coyote/tan, garantindo proteção ambiental e resistência a intempéries.

4.2.3. Peso e Dimensões

- a) Peso máximo: 500 g;
- b) Comprimento máximo: 16,5 cm;
- c) Diâmetro máximo: 5 cm.

4.2.4. Sistema de Funcionamento

- a) Sistema de abafamento tipo *flow through*® ou similar, com expulsão frontal dos gases, reduzindo o retorno de gases ao cano;
- b) Pode ser construído em peça única ou em sistema modular (*serviceable*), permitindo desmontagem completa para manutenção e limpeza;
- c) Deve permitir limpeza interna;
- d) Deve funcionar adequadamente em armamentos sem ajuste de gases;
- e) Sistema de resfriamento adequado ao uso contínuo em fuzis, reduzindo pressão de gases e taxa de ciclo suprimida.

4.2.5. Precisão e Desempenho

- a) Alteração mínima e consistente do ponto de impacto (*zero shift*), independentemente do número de ciclos de acoplamento e desacoplamento;
- b) Redução de ruído conforme padrão **MIL-STD-1474D**, não devendo ultrapassar **145 dB** na orelha do atirador, medidos a 1 metro da boca do cano, lado esquerdo.

4.2.6. Acoplagem e Segurança Operacional

- a) Instalação e remoção em até 5 segundos, sem uso de ferramentas;
- b) Engate rápido ou rosca no sentido contrário ao do quebra-chama, evitando o desrosqueamento involuntário do dispositivo primário;
- c) Deve permitir utilização com armamento sem ajuste de gases.

4.2.7. Identificação e Rastreabilidade

- a) Identificação individual com número de série sequencial e modelo;
- b) Gravação a laser (ou técnica similar) da sigla **PCGO** no corpo do supressor;
- c) A gravação deve ser indelével e resistente às condições de uso policial.

4.2.8. Durabilidade e Manutenção

- a) Vida útil mínima: **15.000 disparos**;
- b) Intervalo mínimo de manutenção: **2.500 disparos**.

4.2.9. Acessórios Obrigatórios

- 4.2.9.1. Bolsa com sistema MOLLE®, cor coyote, para transporte acoplado ao colete;
- 4.2.9.2. Protetor de supressor na cor FDE, resistente a temperaturas acima de 1.000°C, sem tecido na composição, destinado à redução de assinatura térmica. Referência: *Manta V2 Suppressor Cover – MANTA DEFENSE*;
- 4.2.9.3. Dois (2) litros de solvente apropriado, conforme especificação do fabricante, para limpeza e manutenção;
- 4.2.9.4. Adaptador para supressor com rosca ½" x 28, tipo quebra-chamas, fabricado em aço inoxidável robusto e resistente à corrosão, caso necessário para acoplagem ao armamento.

4.2.10. Garantia e Documentação

- a) Garantia mínima de **02 (dois) anos**;
- b) Fornecimento de manual de instruções em **língua portuguesa**.

4.3. LPVO – LOW POWER VARIABLE OPTIC

4.3.1. Estrutura e Construção

- 4.3.1.1. Deve possuir corpo robusto, com **tubo mínimo de 30 mm**;
- 4.3.1.2. Construção à **prova d'água, impacto e neblina**, com classificação mínima **IPX8**;
- 4.3.1.3. Cor **tan/FDE** preferencialmente, podendo ser fornecida na **cor preta**;
- 4.3.1.4. Alimentação por **bateria CR2032**;
- 4.3.1.5. Lentes com **alta clareza, mínima distorção e baixa dispersão**;
- 4.3.1.6. Deve acompanhar **mount de alta resistência**, compatível com **MIL-STD-1913/NATO (Picatinny)**, confeccionado em **alumínio anodizado 7075-T6** ou **extrudado 6061-T6**, pesando no máximo **210 g**, com fixação por:

- 4.3.1.6.1. Mínimo de **dois pontos com parafuso e rosca**; ou
- 4.3.1.6.2. Sistema de **engate/liberação rápida**.

- 4.3.1.7. O mount deve possuir acabamento **tan, FDE ou similar**, podendo ser **preto**.

4.3.2. Sistema Óptico

- 4.3.2.1. Magnificação variável de **1–6x** ou **1–8x**;
- 4.3.2.2. Objetiva com diâmetro entre **24 mm e 28 mm**;
- 4.3.2.3. Reticulo iluminado com **marcação tática e aferição de distância em MRAD**;
- 4.3.2.4. Preferencialmente em **primeiro plano focal (FPF)**;
- 4.3.2.5. Campo de visão entre:
 - 4.3.2.5.1. **36 metros** no zoom mínimo;
 - 4.3.2.5.2. **4 metros** no zoom máximo, a 100 m (ou 91 jardas);

- 4.3.2.6. Alívio ocular entre **3" e 4"**.

4.3.3. Sistema de Funcionamento e Ajustes

- 4.3.3.1. Ajustes das torres em **MRAD**;

4.3.3.2. Ajuste de **paralaxe** de até **150 m**, ou paralaxe **fixa a 91 m**;

4.3.3.3. Ajustes mínimos de:

4.3.3.3.1. **25 MRAD** de elevação;

4.3.3.3.2. **25 MRAD** de deriva (lateralidade);

4.3.3.4. As marcações no retículo e nas torres devem **corresponder fielmente ao ponto de impacto**;

4.3.3.5. Ponto central iluminado para **combate aproximado (CQB)**.

4.3.4. Precisão, Resistência e Desempenho

4.3.4.1. Deve suportar recuo e vibração do **calibre .308 Win**;

4.3.4.2. Deve garantir **estabilidade, repetibilidade e consistência dos ajustes** em todos os níveis de magnificação;

4.3.4.3. O retículo deve possibilitar **estimativa de distância e compensação de queda** com base em MRAD;

4.3.4.4. Deve manter **clareza e qualidade de imagem** mesmo sob baixa luminosidade.

4.3.5. Garantia e Documentação

4.3.5.1. Garantia mínima de **2 anos** contra defeitos de fabricação;

4.3.5.2. Deve acompanhar **manual de instruções em Português**.

4.4. Magnificador

4.4.1. Estrutura e Construção

4.4.1.1. Diâmetro mínimo da lente: **27 mm**;

4.4.1.2. Diâmetro do tubo principal: **máximo de 32 mm**;

4.4.1.3. Diâmetro da pupila de saída: **mínimo de 7 mm**;

4.4.1.4. Comprimento máximo: **110 mm**;

4.4.1.5. Largura máxima: **80 mm**;

4.4.1.6. Altura máxima com mount: **85 mm**;

4.4.1.7. Peso máximo:

4.4.1.7.1. Com mount: **350 g**;

4.4.1.7.2. Sem mount: **250 g**;

4.4.1.8. Cor: **preta não reflexiva, tan ou FDE**;

4.4.1.9. Acabamento **não reflexivo**, podendo incluir revestimento em **borracha**;

4.4.1.10. Faixa de operação térmica: **-40 °C a 60 °C**;

4.4.1.11. Deve ser à **prova d'água** com padrão mínimo **IPX7**;

4.4.1.12. Deve ser à **prova de neblina e antiembaçante**;

4.4.1.13. Deve ser acompanhado de embalagem **individual** de alta resistência, que impeça atrito, danos ou deformidades durante o transporte;

4.4.1.14. Cada unidade deve possuir **gravação a laser indelével** com a sigla **PCGO** e **numeração sequencial**, situada na face direita da mira.

4.5. Sistema Óptico

4.4.5.1. Magnificação mínima de **3x** e máxima de **6x**;

4.4.5.2. Campo de visão (**FOV**) mínimo de **7 graus**;

4.4.5.3. Dioptria ajustável entre **+2 e -2**, com foco constante até o **infinito**;

4.4.5.4. Alívio ocular mínimo de **40 mm (2,2")**;

4.4.5.5. Eye relief dentro de um campo de **5°**, variando entre **40 mm e 90 mm**.

4.6. Sistema de Funcionamento e Operação

4.4.6.1. Deve ser compatível com miras **red dot, holográficas, reflexas** e de **visada rápida**;

4.4.6.2. Deve permitir troca rápida entre:

4.4.6.3. Posição **3x** (magnificado);

4.4.6.4. Posição **1x** (rebatido lateralmente);

4.4.6.5. Equipado com sistema rebatível **ambidestro**, nível usuário;

4.4.6.6. Deve possuir **Mount Switch-to-Side (STS)** ou similar, ambidestro, permitindo rebatimento rápido para destros e canhotos;

4.4.6.7. O rebatimento lateral deve ser realizado em **um único movimento**, sem necessidade de ferramentas;

4.4.6.8. Deve possuir **trava de segurança sem botões**, a fim de evitar mudanças acidentais de posição, vibrações ou desgaste do adaptador;

4.4.6.9. Deve possuir sistema anti-obstrução do campo de visão, sem uso de ferramentas ou botões.

4.7. Ajustes e Precisão

4.4.7.1. Ajustes horizontal e vertical independentes para alinhamento com miras **red dot** ou **holográficas**;

4.4.7.2. Faixa mínima de ajuste de **40 MOA** (elevação e azimute), **sem uso de ferramentas**;

4.4.7.3. O equipamento deve manter a estabilidade dos ajustes durante o disparo e rebatimento lateral.

4.8. Montagem (Mount)

4.4.8.1. Compatível com **MIL-STD-1913**, trilho **Picatinny**;

4.4.8.2. Deve possuir sistema de fixação e liberação rápida **sem ferramentas**;

4.4.8.3. Deve ser robusto, resistente a vibração e recuo, mantendo alinhamento óptico.

4.9. Garantia e Documentação

4.4.9.1. Garantia mínima de **2 anos** contra defeitos de fabricação;

4.4.9.2. Deve acompanhar **manual de instruções em Português**.

Tópico 5 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação de Fornecimento de Bens e Materiais - Aquisição de Magnificador, Supressor de ruído e Low Power Variable Optic - LPVO, com recurso oriundo do Fundo a Fundo 2025. está fundamentada nos termos do [ETP - Estudo Técnico Preliminar].

5.2. Em síntese, a contratação pretendida justifica-se pela necessidade de dotar a CORE/GT3 de equipamentos ópticos e acessórios modernos, confiáveis e compatíveis com o nível de complexidade das operações realizadas, garantindo maior precisão, segurança, eficiência operacional e redução de riscos à população e aos operadores. A aquisição definitiva de Lunetas LPVO, Magnificadores e Supressores de Ruído assegura melhores condições para o cumprimento das missões institucionais, promove padronização do armamento, otimiza o treinamento, reduz custos de manutenção e fortalece a capacidade de enfrentamento ao crime organizado, em consonância com as diretrizes de modernização da Polícia Civil do Estado de Goiás.

Tópico 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto da contratação deve seguir todos os requisitos e padrões regionais ou nacionalmente estabelecidos.

Obrigações pertinentes à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

6.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.7. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.8. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.9. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.10. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.11. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.12. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. O objeto contratado deverá ser entregue ou prestado mediante o cumprimento das seguintes condições:

Prazo de entrega ou prestação de serviço:

7.1. O prazo de entrega do objeto ou prestação do serviço contratado é de 60 dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou Fornecimento, emitida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato.

7.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo ou cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Cronograma de execução:

7.1.2. A execução do objeto contratado seguirá o seguinte cronograma físico-financeiro:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO			
		MESES OU SEMANAS	

ITEM	PARCELAS DE ENTREGA:	1º	VALOR TOTAL (R\$)
		Item 01	
Item 02	Parcela única	100%	definido após certame
Item 03	Parcela única	100%	definido após certame

7.1.3. Caso não seja possível a entrega na data determinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Local de entrega ou prestação de serviço:

7.2. O objeto contratado deverá ser entregue ou prestado no endereço abaixo:

Av. Anhanguera, n.º 7.364 - Setor Aeroviário/CEP: 74.535-010 - Goiânia-GO;

Na Divisão de Armamento e Produtos Controlados - Fone: (62) 3201-2585.

Horário de entrega: das 08:00 h a 11:30 h e das 14:00 as 17:00 h.

Dinâmica da entrega ou prestação de serviço:

7.3. Os produtos a serem entregues devem ser acondicionados em embalagem apropriada, de forma segura, com os respectivos acessórios, com marca, manual, garantia e modelo impressos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.4.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

7.4.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.4.3.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.4.3.2. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.4.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.4.4.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

7.4.4.2. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.4.4.3. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

Tópico 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Responsabilidade do Fornecedor

8.1. Não obstante o Fornecedor ser o único responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a Administração se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

8.2. O Fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

Comunicação

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Fornecedor serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no sistema SISLOG destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

Reunião inicial do contrato

8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Fornecedor para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Registro de Ocorrências

8.5. Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Gestão e fiscalização do contrato

8.6. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

8.7. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes do Fornecedor, nos termos do art. 22 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

8.8. O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

Fiscalização Técnica

8.9. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

8.10. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

Fiscalização Administrativa

8.11. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas no art. 24 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

Verificação da manutenção das condições de habilitação do Fornecedor

8.12. O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

8.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Fornecedor, o Gestor deverá notificar o Fornecedor para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da Administração.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O objeto contratado será recebido nas seguintes condições:

Recebimento do objeto

9.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os produtos ou serviços serão recebidos **definitivamente**, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, pelo Fiscal do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento Definitivo, das condições exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando

houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.2.2. O Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.2.3. Na hipótese de o recebimento definitivo não ser realizado no prazo fixado sem qualquer comunicação ao Fornecedor, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.

9.2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.2.5. O prazo para a solução, pelo Fornecedor, de inconsistências na execução do objeto, de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.2.6. O mero recebimento sumário de produtos pela equipe de almoxarifado, com a respectiva assinatura de canhoto da nota fiscal, não implicará em recebimento provisório e/ou definitivo do objeto do contrato, os quais serão formalizados por meio de documento próprio pelo respectivo fiscal do contrato.

Prazo para correção de defeitos

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação do Fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Atesto da execução do objeto

9.4. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de atesto da execução do objeto, na forma deste Tópico, nos termos do art. 4º do Decreto estadual nº 9.561, de 21 de novembro de 2019.

9.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração.

9.6. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto perdurar pendência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

9.7. O prazo de atesto da execução do objeto será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

9.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR.

9.8.1. O Fornecedor que estiver em situação de irregularidade junto ao CADFOR deverá entregar juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, os documentos que porventura estiverem vencidos para fins de atualização pelo CADFOR.

9.9. A equipe de fiscalização do contrato realizará consulta ao CADFOR, bem como no Cadastro de Inadimplentes – CADIN estadual, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

9.9.1. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o CADFOR, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhar ao Gestor do Contrato os documentos que porventura estiverem vencidos, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.9.2. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o CADIN estadual, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.9.3. Os prazos referidos neste item poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, a critério da Administração.

9.9.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará à Controladoria-Geral do Estado a inadimplência do Fornecedor.

9.9.5. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo administrativo a ser instaurado.

9.9.6. Se o Fornecedor não regularizar sua situação no CADFOR e/ou no CADIN, e havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, salvo nas hipóteses em que houver indícios das infrações administrativas previstas na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, caso em que a retenção dos créditos não excederá o limite dos prejuízos causados à Administração.

9.10. O Gestor do Contrato deverá disponibilizar a nota fiscal, com seu respectivo atesto, ao setor financeiro, em até 5 (cinco) dias após o atesto.

Liquidação da Despesa

9.11. O registro da liquidação da despesa no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SIOFINET deverá ser realizado pelo setor financeiro em até 15 (quinze) dias após o atesto da execução do objeto.

9.12. Para fins de liquidação, o setor financeiro deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado

expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade e a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão ou entidade da Administração;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Prazo de Pagamento

9.13. O pagamento será realizado eEm parcela única no valor total do item/lote efetivamente executado/entregue.

9.14. O pagamento do objeto deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após o atesto da nota fiscal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, nos termos deste Tópico, respeitada a ordem cronológica conforme Decreto estadual nº 9.561, de 21 de novembro de 2019.

9.15. A Administração somente efetuará o pagamento à proponente vencedora referente às Notas Fiscais ou documento de cobrança equivalente, estando vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

9.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Fornecedor.

9.16.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.17.1. A Contratante, ao efetuar o pagamento à Contratada, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

9.18. O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei complementar.

Reajuste em caso de atraso no pagamento

9.19. Ocorrendo atraso no pagamento em que o Fornecedor não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

Do reajuste do contrato

9.20. Os preços serão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

Tópico 10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Critério de Julgamento	Menor Preço
10.2. Forma de adjudicação	Por Item
10.3. Participação de empresas reunidas em consórcio	não é admitida a participação de empresas reunidas em consórcio
10.4. Prazo de validade das propostas	120 dias

Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte

10.5. Na presente contratação, **não foi concedido tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte**, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tendo em vista as **especificidades técnicas do objeto** e a necessidade de garantir a plena adequação dos materiais às exigências operacionais da Administração.

A contratação envolve itens de natureza especializada, cuja oferta no mercado é restrita a fornecedores que atendem a requisitos técnicos específicos, certificações e padrões de desempenho indispensáveis ao cumprimento da finalidade pública. Assim, a adoção do tratamento diferenciado poderia comprometer a competitividade técnica e a adequada seleção da proposta mais vantajosa, não atendendo aos princípios da eficiência e do interesse público.

Justificativa para a não reserva de cotas para MPE/EPP

10.6. No presente processo de contratação, a não aplicação do regime de reserva de cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno

Porte (MPE/EPP), previsto na Lei Complementar nº 123/2006, fundamenta-se nas características técnicas e operacionais do objeto licitado, que envolvem a aquisição de **Magnificador, Supressor de Ruído e Low Power Variable Optic – LPVO**, todos itens de natureza altamente especializada e destinados ao emprego operacional policial.

Tais equipamentos demandam **especificações técnicas rigorosas**, padrões internacionais de desempenho, compatibilidade com armamentos específicos, certificações do fabricante, bem como testes de resistência, segurança e confiabilidade, elementos essenciais para a integridade física dos agentes e para a eficiência das atividades de policiamento. Essas exigências reduzem significativamente o universo de fornecedores aptos a atender plenamente aos requisitos definidos no Termo de Referência.

Nesse contexto, a reserva de cotas para MPE/EPP não se mostra aplicável, uma vez que poderia comprometer a competitividade técnica da contratação e restringir o acesso a fabricantes e distribuidores oficialmente autorizados, cuja atuação no mercado nacional é, em muitos casos, limitada a empresas de maior porte ou representantes exclusivos.

Ressalte-se que foram realizadas pesquisas de mercado, nas quais se verificou que **apenas fornecedores com comprovada capacidade técnica, certificação e representação oficial** dos fabricantes conseguem atender de forma integral às especificações dos equipamentos, independentemente de seu porte empresarial.

Dessa forma, a não aplicação da reserva de cotas não configura afronta à legislação, mas sim medida necessária para assegurar o atendimento adequado do interesse público, garantindo a qualidade, a confiabilidade e a segurança dos materiais adquiridos, essenciais ao desempenho das atividades finalísticas da Instituição.

Exigências de habilitação

10.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás – CADFOR, conforme orientações gerais disponíveis no link: <https://sislog.go.gov.br/>.

10.8. Além da documentação prevista para homologação do cadastro do fornecedor, para fins de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, é exigido o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

10.8.1. A regular situação financeira será comprovada através dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um) calculados através das seguintes fórmulas;

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$PC + PNC = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{AC}{PC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$PC = \text{Passivo Circulante}$$

10.8.1.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo **QU** patrimônio líquido mínimo de 3% do R\$ 390.101,61.

10.8.2. O atendimento dos índices econômicos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, a ser apresentada pelo licitante.

10.8.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.8.4. Os documentos referidos no item 10.8. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos e deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste tópico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.10. As microempresas ou empresas de pequeno porte, em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, ficam dispensadas de apresentar o Balanço Patrimonial previsto no item 10.10. por determinação do artigo 2-A do Decreto nº 7.466, de 18 de outubro de 2011:

Art. 2º-A Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social. (Acrescido pelo Decreto nº 7.804, de 20-02-2013)

10.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte para usufruir do benefício que dispõe o artigo 2-A do Decreto nº 7.466, de 18

de outubro de 2011 , devem enviar Declaração de Isenção do Balanço Patrimonial, assinada pelo responsável legal da empresa ou representante com poderes outorgados para os fins de celebrar contrato, acompanhado do instrumento de procuração.

10.11. Caso no corpo das certidões exigidas não conste o seu prazo de validade, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua emissão.

Qualificação técnica mínima exigida

10.12. A empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o Fornecedor já forneceu equipamento compatível com o licitado ou prestou serviço, de forma satisfatória. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome e assinatura do responsável.

Subcontratação

10.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Tópico 11 - ANEXOS

11.1. [Parecer - Justificativa Técnica - Especificações.](#)

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

Responsável	Função	Telefone	Email
NATHALIA LOUIZ ALVES VIGILATO	Integrante Administrativo	62 35582920	nathalialav@policiacivil.go.gov.br
GUILHERME CARVALHO ROCHA	Integrante Requisitante	62 32012566	guilhermecr@policiacivil.go.gov.br
ANGELO GURGEL BELLO BUTRUS	Integrante Técnico	62 32012568	angelogbb@policiacivil.go.gov.br
JULIANA SOUZA RIBEIRO CAMPOS	Integrante Administrativo	62 32014755	negp.ggf@gmail.com